

Segunda-Feira, 22 de Junho de 2026

PL Antifacção é aprovado na Câmara; texto segue para sanção de Lula

Deputados rejeitaram a maior parte das alterações feitas pelo Senado e excluíram a taxaço de bets para criaço de fundo de combate ao crime organizado.

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no fim da noite dessa terça-feira (24), o **projeto que prevê o aumento de penas pela participação em organizaço criminosa ou milícia**, o chamado PL Antifacção.

A proposta foi enviada pelo Governo Federal ao Congresso em 31 de outubro, mas houve alterações tanto na Câmara como [no Senado](#). Os deputados mantiveram a maior parte da versão elaborada pela Câmara no ano passado e rejeitaram a maioria das mudanças feitas pelos senadores.

O texto final, agora, seguirá para sanção do presidente Lula.

O projeto estipula a tipificação de condutas comuns de organizaço criminosas ou milícias privadas. A **pena prevista é de reclusão de 20 a 40 anos** em um crime categorizado como domínio social estruturado. O favorecimento a esse domínio será punido com reclusão de 12 a 20 anos.

Sem taxaço de bets

Na Câmara, a maior parte das alterações feitas pelo Senado acabaram rejeitadas. **Foram excluídas a taxaço de bets para criaço de fundo de combate ao crime organizado** e mudanças na atribuição da Polícia Federal em cooperaçoes internacionais.

A exclusão da taxaço de bets foi criticada por deputados da base do Governo. O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que a cobrança traria R\$ 30 bilhões para a segurança pública.

Segundo o texto final, haverá restriçoes ao condenado por esses crimes como proibição de ser beneficiado por anistia, graça ou indulto, fiança ou liberdade condicional.

E os dependentes de quem se envolver com crime organizado não contarão com auxílio-reclusão se ele estiver preso provisoriamente ou cumprindo pena privativa de liberdade, em regime fechado ou semiaberto, em razão de ter cometido qualquer crime previsto no projeto.

As pessoas condenadas por esses crimes ou mantidas sob custódia até o julgamento deverão ficar obrigatoriamente em presídio federal de segurança máxima se houver indícios concretos de que exercem liderança, chefia ou façam parte de núcleo de comando de organizaço criminosa, paramilitar ou milícia privada.

Na Câmara, o relator foi o deputado Guilherme Derrite (PP-SP), que apresentou substitutivo ao Projeto de Lei 5582/25, de autoria do Governo.

Resposta mais dura ao crime organizado

O presidente da Casa, Hugo Motta disse que o projeto representa a resposta mais dura já dada ao crime organizado. No início da discussão, ele explicou que o Governo e a oposição haviam entrado em acordo para acelerar a votação.

Para o líder do PSB, deputado Jonas Donizette (SP), o texto foi aperfeiçoado com pontos positivos da Câmara e do Senado. O deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM), vice-líder do PL, destacou que o projeto vai ser "o pontapé inicial" para retirar organizaçoes criminosas da política.

Hugo Motta anunciou que a lei deverá ser batizada com o nome do ex-ministro Raul Jungmann, que morreu no mês passado.

Escrito por

[Agência Brasil](#)